

Câmara Municipal de Teófilo Otoni

Praça Tiradentes, 170 Centro CEP: 39800-001 Fone: (033) 3536 4000
Site: www.teofilootoni.mg.leg.br /E-mail: teofilootoni@teofilootoni.mg.leg.br

PARECER JURÍDICO

Projeto de Lei Nº 222/2021

I – DO HISTÓRICO

Trata-se o expediente de Parecer Jurídico acerca do Projeto de Lei nº 222/2021, de autoria do Vereador Gilson Ferreira Gonçalves, que *“Dispõe sobre o Programa Escola Segura, que se torna necessário o uso de medidas e equipamentos mínimos de segurança nos estabelecimentos de ensino no âmbito do Município de Teófilo Otoni”*.

Estudada a matéria, passa-se ao parecer:

II – DO PARECER

Passando para análise criteriosa acerca do Regimento Interno, tem-se no art. 139, I, do mesmo diploma legal, o Projeto de Lei como matéria sujeita à apreciação da Câmara Municipal. No contexto, importa mencionar que é dada iniciativa ao Vereador no que tange a autoria do Projeto de Lei, como expresso no art. 147, II, do mesmo dispositivo supra.

Todavia encontra-se viciado no que se refere à iniciativa, já que suas determinações se encontram entre aquelas de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, por normatizar a prestação de serviços inerentes ao Poder Executivo.

A proposição em debate, ao delinear que o Poder Executivo, **instale detectores de metais nos acessos aos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada no âmbito do município de Teófilo Otoni**, submetendo à Administração Pública Municipal a arcar com todos os custos inerentes à execução do projeto, acarreta um impacto na organização da estrutura já consolidada dos serviços oferecidos pela Municipalidade, invadindo assim a iniciativa exclusiva do Prefeito, único que pode iniciar processo legislativo destinado à edição de norma que interfira no orçamento e na organização administrativa do Município.

Nesse sentido, ao demandar novos serviços para a Administração Municipal, comprometendo a estrutura já traçada pelo Executivo, a proposição, embora repleta



Câmara Municipal de Teófilo Otoni

Praça Tiradentes, 170 Centro CEP: 39800-001 Fone: (033) 3536 4000
Site: www.teofilootoni.mg.leg.br /E-mail: teofilootoni@teofilootoni.mg.leg.br

da boa intenção sempre presente nas ações do Vereador, se contrapõe ao princípio da separação e independência entre os Poderes.

Com efeito, apesar da já ressaltada conveniência da proposição e dos óbvios desdobramentos benéficos da medida, que institui em verdade um serviço de tamanha importância a ser realizado pela municipalidade, a ação por ela delineada constitui atividade administrativa reservada ao Alcaide Municipal pelos art. 52, incisos III e IV, e art. 82, inciso XII, ambos da Lei Orgânica do Município, "verbis":

Art. 52-São de iniciativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...)

III-organização administrativa, matéria financeira e Orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração pública Municipal;

IV-criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública municipal.

Art. 82-Ao Prefeito compete, privativamente:

(...)

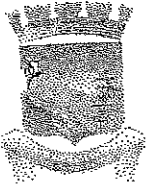
XII-dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal, na forma da lei.

Diante disso, flagrante que as disposições do Projeto de Lei nº 208/2021, de autoria parlamentar, consubstanciam-se em clara violação ao princípio da separação e independência entre os Poderes, esculpido no artigo 2º da Constituição Federal Brasileira.

III - CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 -



Câmara Municipal de Teófilo Otoni

Praça Tiradentes, 170 Centro CEP: 39800-001 Fone: (033) 3536 4000
Site: www.teofilootoni.mg.leg.br /E-mail: teofilootoni@teofilootoni.mg.leg.br

Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)
Sem grifo no original.

Assim, ante ao exposto, é nítido que o presente Projeto de Lei está maculado pela inconstitucionalidade, possuindo vício de iniciativa, por isso,
OPINO PELA ILEGALIDADE DO REFERIDO PROJETO DE LEI E CONSEQUENTE ARQUIVAMENTO.

É o parecer, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão Legislação e Justiça.

Teófilo Otoni/MG, 10 de janeiro de 2022.

Marco Júnio Soares e Silva

Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Teófilo Otoni